

**Carta aberta ao Comitê Ministerial da SADC  
responsável por Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais**

Honoráveis Ministros(as),

Nós, da La Via Campesina na Região de África Austral e Oriental, fazemos parte de um movimento camponês global, que reúne milhões de camponeses(as), pequenos(as) agricultores(as), pescadores(as), povos indígenas, pastores(as) e nômades, trabalhadores(as) rurais migrantes, pessoas na posse de terra insegura e os(as) sem-terra (principalmente jovens e mulheres).

Escrevemos aos senhores e às senhoras para expressar nossa preocupação e pedido de resolução imediata para muitas questões relacionadas aos direitos de camponeses e camponesas e às mudanças climáticas, e insistimos que nossos governos entendam esses problemas a partir da perspectiva de pequenos produtores de alimentos, que constituem a maioria da população das nossas respectivas nações.

Reconhecemos e agradecemos os grandes esforços que nossos governos fizeram para a realização histórica dos direitos de camponeses e camponesas em nosso continente, por meio da ratificação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham em Áreas Rurais (UNDROP). No entanto, para que esses direitos sejam instrumentais na obtenção da Justiça Climática, exortamos os estados-membros a agir rapidamente na domesticação do UNDROP e a ter políticas que sejam implementadas dentro das comunidades de base.

Nossos territórios suportaram o peso do ataque de desastres climáticos que enfrentamos por causa da crise climática. São anos consecutivos de desmoronamentos nas chuvas de verão, causados por padrões climáticos mutáveis e imprevisíveis e o aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos. Isso causa a escassez generalizada de alimentos e de água e graves perturbações nos nossos sistemas alimentares. Inundações causadas por chuvas extremas estão a ceifar muitas vidas e milhares de pessoas foram deslocadas nos seguintes países: África do Sul, Moçambique, Tanzânia, Malawi e Zimbábue. Além disso, modelos climáticos recentes e investigações emergentes sugerem que, nos próximos anos, as temperaturas na região de África Austral aumentarão 1,5 vezes mais rápido do que a média global. Este é um quadro sombrio do futuro da nossa região,

a menos que ações globais e locais - reais e decisivas - sejam tomadas para nos salvaguardar em relação às tendências actuais.

Da nossa perspectiva, soluções reais para a crise climática não virão da conformidade com o modelo industrial de produção e consumo de alimentos. As soluções virão de iniciativas centradas nas pessoas, que envolvam criticamente as comunidades camponesas. Como pessoas directamente impactadas pelas mudanças climáticas, exigimos veementemente justiça climática para um mundo melhor, mais limpo e mais pacífico. A agroecologia camponesa é a resposta para como podemos transformar e reparar nosso sistema alimentar e o mundo rural, e é uma solução essencial para as mudanças climáticas globais. Rejeitamos totalmente mecanismos baseados no mercado e outras falsas soluções, incluindo o *Climate Smart Agriculture* (CSA), os mercados de carbono, a geoengenharia, entre outros. Nomeamos essas como falsas soluções porque elas estão sendo usadas para justificar a grilagem generalizada de terras e para afastar pequenos agricultores da produção de alimentos diversificados e saudáveis em direcção a modelos agrícolas de monocultura voltados para a exportação, para a dependência contínua de insumos agrícolas tóxicos e controlados por corporações e para a mercantilização da Natureza e dos “serviços” da Natureza.

Soluções reais impactam positivamente nas vidas das pessoas mais afectadas pelas mudanças climáticas. Vemos uma série de questões cruciais em nossa região que precisam ser abordadas para efectivar soluções reais para as mudanças climáticas, tais como:

1. A aplicação completa da Declaração de Maputo é necessária para a justiça climática. A aplicação deve distribuir democraticamente recursos suficientes e apropriados para os sistemas de produção camponesa, em vez de cobrir os custos de operação pública e agências governamentais que muitas vezes não são responsabilizadas pelo uso desses recursos, e que entregam resultados muito limitados ou nenhum resultado positivo. Os 10% acordados do orçamento nacional para a agricultura nunca foram cumpridos por nenhum governo africano. O valor que foi alocado nos últimos 10 anos é deliberadamente insuficiente e foi alocado de forma inadequada, criando espaço para parcerias público-privadas que minam a política e promovem interesses movidos pelo lucro às custas de nossas comunidades camponesas.<sup>1</sup>
2. As guerras em andamento, especificamente na RDC e em Moçambique. Nossos(as) companheiros(as) camponeses na província de Cabo Delgado, em Moçambique (a área *offshore* rica em reservas

<sup>1</sup> Smallholder Farmers' Call for Accelerated Progress in SADC Agriculture, ESAFF, Policy Brief No. 3, June 2024.

de gás natural) e as províncias de Kivu, no leste da RDC, tiveram seus direitos de produzir alimentos e desfrutar de seus direitos humanos de cultivar suas terras ceifados. Centenas de camponeses(as), nessas áreas, perderam suas vidas e outros(as) conseguiram escapar dessas zonas de guerra para áreas urbanas, onde ficaram sem terra e sem emprego, enquanto sofrem de fome. O artigo 15 da UNDROP garante às populações camponesas o direito a uma renda decente e a meios de subsistência e de produção, já o artigo 17 garante o direito à terra, enquanto o artigo 24 garante o direito à moradia adequada e todos devem ser respeitados.

3. Continuamos a testemunhar em desespero o despejo de comunidades rurais em nome de reservas naturais. Várias comunidades rurais estão sendo afectadas pela implementação de tais projectos. Esses projectos (intitulados “nature-positive”) resultaram no despejo de comunidades rurais em Ngorongoro e Mbarali, na Tanzânia, Virunga na RDC, partes de Namaqualand no Cabo Setentrional e as comunidades ao redor do Parque Nacional Kruger, na África do Sul. O Artigo 24 da UNDROP garante a todos/as os/as camponeses/as o direito à moradia adequada, incluindo protecção contra despejo forçado de suas casas.
4. A apropriação de recursos também está a ocorrer de muitas outras formas: continuamos preocupados/as com os esforços atuais para harmonizar as leis de sementes que tornam ilegal para nós, camponeses/as, trocar e vender nossas sementes indígenas e salvas na fazenda. Isso empobrece e desempodera ainda mais camponeses/as e a maioria das populações locais em favor de empresas multinacionais de sementes, ao mesmo tempo em que enfraquece os sistemas alimentares locais. Vemos o impulso deliberado para sementes OGM e geneticamente editadas em nossa região sem nos consultar ou sem quaisquer salvaguardas suficientes. Não queremos ficar presos/as nas mãos de empresas multinacionais de sementes que têm direitos de patente para tais tecnologias, arriscando nossa soberania alimentar e os direitos dos camponeses em geral. O Artigo 19 da UNDROP garante os direitos dos/as camponeses/as e de outras pessoas que trabalham em áreas rurais de salvar, usar, trocar e vender suas sementes salvas na fazenda e materiais de propagação. O mesmo artigo obriga os países da SADC a tomar medidas para respeitar, proteger e cumprir os direitos da comunidade camponesa às sementes.
5. A reforma agrária, em muitos países de África, incluindo os exemplos mais bem-sucedidos, como Moçambique, Zimbabwe e África do Sul, ainda não atingiu o nível de reforma agrária total. Esses países ainda operam dentro do contexto de programas que não dão igualdade à

maioria de seus cidadãos e cidadãs, ao contrário do que preconiza o artigo 3 da UNDROP, que garante os direitos de camponeses(as) à igualdade e à não discriminação. Em vez disso, continuam a alocar enormes quantidades de terras aráveis para grandes investimentos (incluindo conglomerados de mineração), que consistentemente fazem falsas promessas às populações locais e destroem comunidades, suas culturas, o meio ambiente, seus meios de subsistência e os sistemas alimentares locais - tudo em nome da maximização do lucro de poucas pessoas. Isso inclui a tendência crescente de apropriação de terras por meio da agricultura contratada. O artigo 18 da UNDROP garante o direito dos(as) camponeses em despoluir o meio ambiente, enquanto o artigo 26 garante os direitos de desfructar de sua cultura e seus conhecimentos tradicionais.

Como um movimento social popular comprometido com soluções reais, lamentamos que nosso bloco regional não tenha agido de forma articulada e harmonizada nos espaços relevantes (Conselho de Direitos Humanos da ONU, UNFCCC, OMC, ARIPO, UA, entre outros) em favor da justiça climática e da soberania alimentar (Artigo 15 da UNDROP), na defesa dos direitos das populações camponesas, que compõe a maioria de seus cidadãos e suas cidadãs.

Além disso, a dependência excessiva dos governos africanos em ajuda externa, investimentos estrangeiros diretos (IEDs) e sua capitulação a poderosos governos estrangeiros e órgãos financeiros internacionais têm sido um grande desafio. Esse suporte vem com condições rigorosas que favorecem multinacionais privadas e interesses estrangeiros em detrimento dos nossos. Essa dependência, agravada pelos níveis severos de pobreza em nossa região, cria uma situação em que credores globais usam as dívidas públicas de nossos governos como alavanca para forçá-los a aceitar e capitular aos caprichos de poderosos governos estrangeiros e TNCs.

Nós, signatários(as) desta Carta Aberta aos governos da SADC, exigimos:

- Consultas significativas com camponeses/as, por meio de nossas organizações e movimentos, nos novos processos da Declaração de Kampala, pois não fomos consultados/as o suficiente. O Artigo 2 da UNDROP garante o direito à participação activa, livre, efectiva, significativa e informada de pessoas e grupos em processos de tomada de decisão.
- Tomar medidas decisivas para impedir os massacres em andamento no Norte de Moçambique, na RDC e em outros lugares, em nome dos

recursos naturais. O Artigo 6 da UNDROP garante o direito à vida, à liberdade e à segurança das pessoas.

- Compromisso com reformas agrárias abrangentes e centradas nas pessoas, para a melhoria dos meios de subsistência de pequenos produtores de alimentos na região da SADC. O Artigo 10 da UNDROP garante o direito à participação das comunidades camponesas nos processos de formulação de políticas.
- Interromper a expulsão de comunidades rurais de suas terras, em nome da conservação da natureza, e não mais favorecer grandes projetos extractivos em favor de investimentos de corporações transnacionais. A realocação de comunidades camponesas de nossas terras deve ser acompanhada por consultas profundas e significativas com nossas comunidades para garantir a realocação e as compensações adequadas. O Artigo 24 da UNDROP garante o direito à moradia adequada, incluindo protecção contra a expulsão forçada.
- Promoção da soberania alimentar, como o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados produzidos por métodos ecologicamente correctos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. O Artigo 15 da UNDROP garante os direitos à alimentação e à soberania alimentar.
- Reconhecimento, adopção e promoção da agroecologia camponesa como uma alternativa viável à agricultura industrial, tendo estruturas e políticas de apoio para a promoção da soberania alimentar.
- Cessar os testes de OGM em andamento em nossa região, pois não atendem às nossas necessidades. Em vez disso, recursos e esforços empregados nesses testes devem ser canalizados para apoiar centros de investigação liderados por agricultores(as) e para o desenvolvimento de métodos agrícolas e estratégias técnicas que melhorem a base de soluções locais em nossos sistemas de conhecimento agrícola africanos. O Artigo 26 garante os direitos à cultura e ao conhecimento tradicional.
- Apelamos para que nossos governos, na região da SADC, nunca fiquem presos à armadilha de comercializar sementes transgênicas em nossos territórios. Como camponeses(as), cujo papel principal é alimentar nossas províncias, não precisamos dessas sementes, pois temos as nossas próprias sementes, conforme garantido pelo artigo 19 da UNDROP.
- Reconhecer a verdadeira Justiça Climática como base fundamental para o desenvolvimento e a implementação de soluções reais para as mudanças climáticas por meio da adopção da agroecologia camponesa.

- Rejeitar soluções falsas conduzidas externamente, especialmente a Agricultura Climática Inteligente, créditos de carbono e geoengenharia.
- Garantir a representação significativa de crianças, jovens (especialmente mulheres e raparigas), pessoas com deficiência e em extrema pobreza em processos políticos que afectam as comunidades. O Artigo 4 da UNDROP garante os direitos das mulheres camponesas e de outras mulheres que trabalham em áreas rurais.

Nós, os camponeses da La Via Campesina da Região de África Austral e Oriental e nossos(as) aliados(as), expressamos nossa solidariedade com todas as lutas pelos direitos de camponeses em nossa região (conforme outorgado pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos de Camponeses e de outras Pessoas que Vivem em Áreas Rurais (UNDROP)), pela justiça climática, pela soberania alimentar, contra falsas soluções para as mudanças climáticas, contra todas as formas de exploração e de discriminação camponesa, contra modelos agrícolas industriais e o patriarcado.

Em solidariedade e com esperança conjuntamente com todos os povos de nossa região, continuamos comprometidos(as) com a luta pela soberania alimentar, pela agroecologia e por direitos aos nossos territórios, tendo a cultura e as diversas identidades como base para a justiça climática, a emancipação e a soberania das nossas nações.

**ALIMENTAMOS OS POVOS E CONSTRUÍMOS O MOVIMENTO PARA MUDAR O MUNDO!**

**GLOBALIZAR A LUTA, GLOBALIZAR A ESPERANÇA!**

**MINHA LUTA É SUA LUTA! SUA LUTA É MINHA LUTA!**

**AMANDLA! AWETU!**

Agosto | 2024

**Abaixo, estão as organizações-membras da LVC SEAf, signatárias desta carta:**

1. Zimbabwe Smallholder Organic Farmers Forum (ZIMSOFF) - ZIMBABWE
2. Mtandao wa Vikundi vya Wakulima Tanzania (MVIWATA) - TANZANIA
3. The Right to Agrarian Reform for Food Sovereignty Campaign (FSC) - SOUTH AFRICA
4. The Kenyan Peasants League (KPL) - KENYA
5. Landless Peoples Movement (LPM) - SOUTH AFRICA
6. Eastern and Southern Africa Small-scale Farmers' Forum (ESAFF) - UGANDA
7. Confédération Paysanne du Congo (COPACOPRP) - DRC
8. União Nacional de Camponeses (UNAC) - MOZAMBIQUE